

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DE OBRAS DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA COMPRAS E LICITAÇÕES -
SUPEL/RO**

Recorrente: B. de Alcantara Mourão - ME

Recorrida: Construtora Maciel Comércio e Representação LTDA.

Editais: Concorrência Pública nº 009/2022-CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0037.518910/2021-60/SESDEC/RO

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção da central de
flagrantes, localizado na cidade de Porto Velho/RO

B. DE ALCÂNTARA MOURÃO, pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ nº: 12.858.187/0001-48, com endereço na Rua Pio XII,
nº 905, Sala 02 e 03 Bairro: Pedrinhas, Cep:76.801-483 Porto Velho/RO,
Tel.: (69) 99282-8208 / 2141-9300
E-mail:balcantaramourao@gmail.com



Neste ato regularmente representado pelo sócio:

Bruno de Alcântara Mourão,

Brasileiro, divorciado, empresário, Engenheiro Civil, natural de Porto Velho/RO,
inscrito RG:736.052 SSP/RO e CPF: 750.697.092-91.

vem, tempestivamente, apresentar **RECURSO** em face da sua
DESCCLASSIFICAÇÃO no certame, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos.

1. SÍNTESE DOS FATOS

A Recorrente está participando do certame Concorrência Pública nº 009/2022-CPLO/SUPEL/RO, que tem por objetivo à contratação de empresa de engenharia para a construção da Central de Flagrantes, na cidade de Porto Velho/RO, tendo sido HABILITADA para a fase de abertura dos envelopes.

Na fase de julgamento, constatou-se as seguintes propostas:

EMPRESA	PROPOSTA
B. de Alcântara Mourão	R\$6.099.615,10
Construtora Maciel Comércio e Representação LTDA.	R\$6.135.745,09

Como se observa, a proposta da Recorrente é claramente mais vantajosa para a Administração Pública. Contudo, **em decorrência de um erro material em dois itens na planilha, a Recorrente foi desclassificada do certame.**

À vista disso, certa de que a decisão merece reforma, a Recorrente vem perante essa Comissão interpor o presente recurso.

2. DA DIVERGÊNCIA ENTRE OS VALORES DA CARTA PROPOSTA E DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA EMPRESA CONSTRUTORA MACIEL

Preliminarmente, é preciso registrar que há uma inconsistência entre os valores apresentados na carta proposta da Empresa Construtora Maciel e em sua planilha orçamentária. Vejamos:

a) Carta proposta – Valor global de R\$6.457.222,75.

Senhora Presidente,

Encaminhamos à essa Comissão Permanente de Licitações de Obras/CPLO, da Superintendência Estadual de Compras e Licitações/SUPEL, nossa Proposta em anexo, referente a Licitação em epígrafe, objetivando a execução dos serviços:

Nossa Proposta tem preço global no valor de R\$ 6.457.222,75 (seis milhões, cento e trinta e cinco mil, setessentos e quarenta e cinco reais e nove centavos) compostos e irrevogáveis de acordo com exigências do Edital.

O prazo para execução dos serviços é de 240 (Duzentos e Quarenta) dias corridos contados da ordem de serviços. O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (Sessenta) dias, a partir da abertura da proposta.

b) Planilha – Valor global de R\$6.135.745,09.

9	COBERTURA	457.091,27	7,43 %
10	PINTURA	239.063,72	3,90 %
11	IMPERMEABILIZAÇÃO LAJES	89.203,84	1,45 %
12	ESTRUTURA METÁLICA	126.640,71	2,06 %
13	INSTALAÇÕES HIDRAULICAS	103.237,54	1,68 %
14	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	140.570,98	2,29 %
15	INSTALAÇÕES DE DRENAGEM PLUVIAL	23.711,39	0,39 %
16	INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO E PÂNICO	76.794,00	1,25 %
17	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	694.457,10	11,32 %
18	SPDA	125.819,59	2,05 %
19	CABEAMENTO ESTRUTURADO	169.534,45	2,76 %
20	CFIV	37.906,06	0,62 %
21	INSTALAÇÕES DE CLIMATIZAÇÃO	48.515,72	0,79 %
RESPONSÁVEL TÉCNICO:			
MARCELO NEGREIROS DE SOUZA ENG. CIVIL E ENG. SEG. TRAB. CREA 0110943341		TOTAL C/ BDI >>	R\$ 6.135.745,09 100,00%
O VALOR DO PRESENTE ORÇAMENTO É:			
R\$ 6.135.745,09			
SEIS MILHÕES E CENTO E TRINTA E CINCO MIL E SETECENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E NOVE CENTAVOS			

Conforme se verifica, apesar da inconsistência em epígrafe, a Recorrida foi classificada no certame. Ao que tudo indica, o erro em questão sequer fora analisado por essa Comissão de Licitação.

Vale registrar que a carta proposta é o documento oficial que resume o preço final da empresa, sendo certo que o valor ali indicado tem poder vinculativo quanto à licitante. Isto é, a empresa fica vinculada aos valores descritos em sua carta proposta.

Por outro lado, caso essa Comissão entenda que o erro cometido pela empresa consistiu em mero erro material, pede-se desde já que idêntica lógica seja aplicada à Recorrente, nos termos da fundamentação exposta adiante.

3. DA VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXACERBADO / OBSERVÂNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA E SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO

Como se sabe, os processos licitatórios não constituem um fim em si mesmos. O propósito com a deflagração do certame é, antes de qualquer coisa, a seleção da proposta mais vantajosa para o poder público. Nesse sentido, dispõe o art. 3º da Lei n. 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da

proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nesse viés, é evidente que a proposta da Recorrente não poderia ter sido desclassificada por um erro tão ínfimo como o ocorrido no presente caso. Para melhor elucidação, veja-se abaixo o que de fato aconteceu:

SERVIÇO	V. UNITÁRIO ORÇADO PELA ADMINISTRAÇÃO	V. APRESENTADO NA PROPOSTA
Item 6.1.8: Box para banheiro em vidro temperado verde, espessura 8mm, fornecimento e instalação.	R\$654,39	R\$667,80
Item 6.1.14: Porta de segurança especial de abrir com grade de aço SAE 1045 (...)	R\$7.396,18	R\$7.896,06

Em decorrência desses únicos itens, a Recorrente teve toda a sua proposta desclassificada, embora sua proposta global seja consideravelmente mais econômica e mais vantajosa para o órgão licitante.

EMPRESA	PROPOSTA GLOBAL
B. de Alcântara Mourão	R\$6.099.615,10
Construtora Maciel Comércio e Representação LTDA.	R\$6.135.745,09.

O item 19.4.2 do instrumento convocatório estabeleceu o seguinte:

19.4.2 - **Para efeito de julgamento das Propostas de Preços classificadas, será utilizado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo considerada vencedora aquela representada pelo menor preço

final apurado para a execução da obra e classificando-se as demais na ordem crescente dos valores das propostas apresentadas.

Nesse norte, é evidente que a proposta ofertada pela Recorrente constitui o menor preço global, de modo que a Comissão deveria ter sopesado os princípios em jogo, antes de simplesmente desclassificá-la do certame.

Felizmente, a jurisprudência evoluiu muito ao longo dos anos quanto ao dilema: vinculação ao instrumento convocatório / busca pela proposta mais vantajosa.

O Tribunal de Contas da União (TCU) possui vasta jurisprudência sobre o assunto, onde defende com veemência a necessidade de que os certames sejam julgados sob a ótica da supremacia do interesse público, priorizando-se a proposta mais vantajosa para a Administração, e vedando o excesso de formalismo.

Vejamos alguns desses precedentes:

Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado. (Acórdão 898/2019-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER).

É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO).

A desclassificação de licitantes por conta de erro material na apresentação da proposta, fere os princípios da competitividade,

proporcionalidade e razoabilidade, sendo medida de extremos rigor, que pode afastar do certame propostas mais vantajosas, com ofensa ao interesse público. (Acórdão 1734/2009-Plenário | Relator: RAIMUNDO CARREIRO ÁREA).

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN).

É irregular a desclassificação de proposta vantajosa à Administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público. (Acórdão 2239/2018-Plenário | Relator: ANA ARRAES).

Com efeito, **há alguns pontos em comum em todos os precedentes** transcritos: **a)** proibição de majoração do valor da proposta global; **b)** preservação da proposta mais vantajosa.

Nesse sentido, à luz das decisões em questão, pode-se concluir que sempre que a Comissão estiver diante da melhor proposta ofertada, mas que possua erros na planilha, precisará avaliar se tais erros podem ser corrigidos sem causar embaraços ao certame.

A análise da Comissão deve se mover pelas seguintes perguntas:

- a) Quais são os princípios em conflito? Qual deve prevalecer no caso concreto?
- b) Mesmo com o erro, a proposta se mostra mais vantajosa para o interesse público?
- c) O erro pode ser corrigido mediante simples diligência? Quanto vai custar para corrigir o erro? Quanto tempo será necessário para tanto? O princípio da celeridade ou da eficiência será comprometido?
- d) O saneamento do erro trará vantagens ou desvantagens para o interesse público? Isto é, a proposta será melhorada ou piorada?
- e) Se não houver autorização para que a empresa corrija o erro da planilha, quais serão os benefícios que esta medida trará para a Administração Pública? Quais serão os prejuízos?

Nessa linha, passa-se a responder as perguntas em questão à luz do presente caso.

a) Quais são os princípios em conflito? Qual deve prevalecer no caso concreto?

Por um lado, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Do outro, os princípios da proposta mais vantajosa e da economicidade. A Comissão tem a árdua missão de identificar qual dos princípios em conflito atende o do interesse público.

Isso porque este último é a razão e o porquê de qualquer processo licitatório. De fato, **há um extenso rol de princípios que regem as licitações, porém, apesar das suas diferenças e particularidades, todos eles possuem um objetivo em comum: atender ao interesse público.** Assim, sempre que a preservação de um princípio comprometa, de alguma forma, o interesse público, ele deve ser mitigado em prol deste, pois o interesse público é

a finalidade da maior todas as coisas, é o super princípio e propósito das contratações feitas pela Administração.

No presente caso, **não há dúvida de que manter a proposta da Recorrente é a solução que melhor atende ao referido princípio, eis que mais econômica para os cofres públicos.** O princípio da vinculação ao instrumento convocatório, portanto, deve ser mitigado pela supremacia do interesse público.

b) Mesmo com o erro, a proposta se mostra mais vantajosa para o interesse público?

Mesmo que não houvesse correções na planilha – o que será feito (item 7 deste recurso), a proposta da Recorrente ainda seria consideravelmente melhor do que a da segunda colocada.

Isso se dá não somente porque sua oferta é mais econômica, mas também por vários outros aspectos que devem ser avaliados em conjunto, a saber: **1)** a proposta é plenamente exequível, não há qualquer inconsistência que induza o contrário; **2)** toda a documentação exigível pelo certame foi devidamente apresentada perante essa Comissão; **3)** a Recorrente possui experiência e expertise para executar a obra licitada; **4) a inconsistência que gerou sua desclassificação equivale a 0,19% da proposta global (subitem 3.1 deste recurso);** **5)** a correção da planilha diminuirá ainda mais o valor da proposta apresentada pela Recorrente, tornando-a ainda mais vantajosa; **6) sairá mais caro para os cofres públicos chamar a segunda colocada do que permitir a correção da planilha ofertada pela Recorrente.**

c) O erro pode ser corrigido mediante simples diligência? Quanto vai custar para corrigir o erro? Quanto tempo será necessário para tanto? O princípio da celeridade ou da eficiência será comprometido?

A correção da planilha não acarretará qualquer custo operacional, seja para a empresa ou para a Administração. **Trata-se de diligência da espécie mais simples, sem qualquer ônus para o poder público, mas que lhe acarretará grandes benefícios.**

Visando comprovar o que diz, em homenagem aos princípios da celeridade e da eficiência, a Recorrente já envia em anexo a planilha orçamentária¹ devidamente ajustada para menor, nos dois itens questionados (6.1.8 e 6.1.14), permitindo assim que essa Comissão perceba a notável vantajosidade da sua oferta em relação à segunda colocada.

d) O saneamento do erro trará vantagens ou desvantagens para o interesse público? Isto é, a proposta será melhorada ou piorada?

Como já mencionado, permitir que a Recorrente promova as devidas correções na planilha sairá muito mais econômico para os cofres da Administração do que classificar a segunda colocada, que ofertou um preço maior.

Após as correções, a proposta da Recorrente, que já era a melhor, se tornará ainda mais vantajosa para o poder público, o que se demonstra em detalhes no item 7 deste recurso.

e) Se não houver autorização para que a empresa corrija o erro da planilha, quais serão os benefícios que esta medida trará para a Administração Pública? Quais serão os prejuízos?

Não há qualquer benefício na adoção desta medida, que apenas estaria priorizando o formalismo em detrimento do interesse público.

Os prejuízos, por sua vez, são incontáveis, a começar pelo encarecimento da obra, que acrescentará custos significativos e desnecessários aos cofres públicos, desfecho esse que deveria ser evitado pelos condutores da licitação.

Dessa forma, a teor de todas as perguntas e respostas, os benefícios de aceitar a proposta da Recorrente estão mais do que comprovados, sendo está a solução mais adequada, razoável, proporcional e que melhor atende ao interesse público no caso concreto.

¹ Vide item 7 deste recurso.

3.1 DEMONSTRAÇÃO EM PERCENTUAL DOS ITENS COMPARADOS À PROPOSTA GLOBAL

Visando a melhor compreensão do caso, apresenta-se abaixo o percentual dos itens combatidos sob a perspectiva do valor global da proposta ofertada pela Recorrente:

Quadro 1 – Valor dos itens impugnados².

ITENS	VALOR C/ QUANTITATIVOS	TOTAL
6.1.8	R\$3.806,46	R\$11.702,52
6.1.14	R\$7.896,06	

Quadro 2 – Percentual dos itens perante valor global da proposta.

		PERCENTUAL
PROPOSTA GLOBAL	R\$6.099.615,10	100%
ITENS 6.1.8 + 6.1.14	R\$11.702,52	0,19%

Como se vê, os serviços que ensejaram a desclassificação da Recorrente correspondem a 0,19% do valor total da sua proposta, ou seja, menos de 1%.

Nesse sentido, indaga-se: é razoável desclassificar a Recorrente por serviços que, comparado ao valor global da proposta, beiram à insignificância?

Em caso análogo ao do presente recurso, o TCU considerou extremo formalismo a desclassificação da melhor proposta por erros saneáveis na planilha. Vejamos parte das **razões de decidir do Acórdão nº 2742/2017 – Plenário, Relator: Aroldo Cedraz**³:

“(…) 19. Em outras palavras, tomando-se como referência e mantidos os valores globais oferecidos pela [representante] e pela [empresa], as constatadas divergências de valores entre suas propostas de preços e respectivas composições detalhadas de custos se resolvem exclusivamente pela retificação dessas composições, sem necessidade de modificações ou ajustes em

² Nos termos da planilha apresentada na proposta inicial da Recorrente.

³ Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-50095/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue>. Acesso em 28-06-2023.

quaisquer dos valores lançados nas propostas de preços a título de valores unitários, totais por subitem, totais por item. Torna-se desnecessário, portanto, adentrar em qualquer discussão sobre o alcance dos subitens 5.10, 5.18 e 5.20 do edital da Concorrência 001/CPL/2017.

20. Exclui-se desse raciocínio, conforme ressalvado no item 18 deste voto, a hipótese de extrapolação de preços referenciais em quatro itens ofertados pela [empresa]. **Quanto a essa falha, entretanto, tendo em vista sua insignificante materialidade - R\$ 1.652,11, no total, o que representa 0,025% do preço global por ela ofertado -, há que se concluir, sob pena de afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações, pela possibilidade de solução do problema, o que poderá ser feito, por exemplo, mediante aceitação dos preços unitários ofertados pela aludida empresa, ainda que sejam superiores aos valores de referência da licitação, ou por meio de ajuste em sua proposta de preços, ainda que isso resulte na diminuição do valor global por ela proposto.**

21. Em face de todo esse exame e nada mais havendo a acrescentar, evidencia-se que, independentemente do que dispõe a Lei 8.666/1993, **o excessivo rigor** da Comissão de Licitação do Senac-PE ao decidir pela desclassificação das duas melhores propostas de preços apresentadas na Concorrência 001/CPL/2017, **sem antes lançar mão da possibilidade de saneamento das falhas detectadas, enseja a nulidade dessa decisão, por afronta aos princípios da razoabilidade, da ampla competitividade dos certames e da busca de economicidade nas contratações. (...)**

Como se extrai, até o Tribunal de Contas da União entende que não é razoável a desclassificação de proposta mais vantajosa para a Administração por erros que podem ser facilmente corrigidos pela empresa, mediante simples diligência.

É de se registrar que não haverá aumento da proposta global, o que como se sabe é proibido, mas sim uma redução desse valor, o que se revela ainda mais benéfico para o poder público.

Dessa forma, à luz dos princípios da supremacia do interesse público, da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como do propósito pelo qual o instituto da licitação fora criado, a saber, a busca pela oferta mais vantajosa, pede-se que o mesmo entendimento aplicado na decisão posta seja utilizado no presente caso.

4. DA SOLUÇÃO MAIS JUSTA PARA O CASO CONCRETO / CORREÇÃO DOS ITENS DA PLANILHA / PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE

Na linha de toda a argumentação defendida, é importante esclarecer que a Recorrente não possuía intenção de apresentar valores a maior nos itens 6.1.18 e 6.1.14 e, com isso, ser desclassificada do certame. Não há, de fato, qualquer razoabilidade numa conclusão como essa.

Desde o início do torneio a Recorrente tem zelado pela regularidade do procedimento, adotando todas as providências necessárias para que fosse considerada apta a executar a obra licitada, a qual será de grande relevância social para o Estado. Os valores inseridos nos itens 6.1.18 e 6.1.14 não expressam, portanto, sua real manifestação de vontade.

De sorte, a referida inconsistência em nada compromete a lisura da sua oferta, pois mesmo agora a proposta da Recorrente ainda é a mais vantajosa para o poder público, conforme amplamente demonstrado alhures.

Assim, a solução mais justa para o caso concreto é autorizar que a Recorrente promova os devidos ajustes na planilha orçamentária, mantendo a classificação da sua proposta.

Nessa esteira, visando demonstrar ainda mais a viabilidade da medida aqui ventilada, colaciona-se as **razões de decidir do Acórdão nº 898/2019-Plenário (TCU), Relator Benjamin Zymler⁴**:

⁴ Disponível em: https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY:JURISPRUDENCIA-SELECIONADA-71729/score%20desc,%20COLEGIADO%20asc,%20ANOACORDAO%20desc,%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue. Acesso em 28/06/2023.

(...) 9. Com efeito, **não é possível a interpretação de que a melhor proposta deveria ser desclassificada com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório, pois deve haver um entendimento harmônico entre os diversos princípios que se encontram estatuídos no art. 31 da Lei 13.303/2016, em particular dos princípios da economicidade, da seleção da proposta mais vantajosa e da obtenção da competitividade.**

10. É cediço que os princípios representam o primeiro estágio de concretização dos valores jurídicos a que se vinculam, e, diferentemente das normas jurídicas, são caracterizados por apresentar um elevado grau de indeterminação e abstração. A aplicação de diversos princípios pode sinalizar soluções diametralmente opostas para determinados casos concretos, o que demanda a análise da própria *rationale* desse princípio, o seja, o interesse público.

11. **Não se pode olvidar que a razão de ser da previsão constitucional de licitar é o próprio interesse público, sendo os princípios insculpidos na Lei das Estatais meros instrumentos para o atingimento do interesse público, que é consubstanciado na contratação da proposta mais vantajosa."**

(...)

13. Conforme deixei consignado no estágio anterior deste processo, **em face do princípio do formalismo moderado e da supremacia do interesse público, que permeiam os processos licitatórios, o fato de o licitante apresentar proposta com erros formais ou vícios sanáveis não enseja a sua desclassificação, podendo ser corrigidos com a apresentação de nova proposta desprovida dos erros. Nesse sentido, há remansosa jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do Acórdão 2239/2018-TCU-Plenário, em que o TCU entendeu ser irregular a desclassificação de proposta vantajosa à administração por erro de baixa materialidade que possa ser sanado mediante diligência, por afrontar o interesse público.**

14. Trata-se de entendimento há muito tempo sedimentado no âmbito das contratações públicas, sendo, inclusive, objeto de normatização pela IN SEGES nº 5/2017, que prevê em seu subitem 7.9. que "erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. (...)”

Embora o caso vertente tenha sido julgado sob o prisma da lei das estatais, é clarividente que os princípios tutelados são os mesmos que o da Lei n. 8.666/93. A lógica, portanto, é a mesma.

Vejamos agora outro caso em que fica cabalmente demonstrado que a desclassificação da melhor proposta, por motivos tão ínfimos, é absolutamente desproporcional e contrária ao interesse público:

“1. Não obstante a necessidade de fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários em licitação do tipo menor preço global, a desclassificação de proposta com base nesses critérios deve-se pautar pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

2. É indevida a desclassificação, fundada em interpretação extremamente restritiva do edital, de proposta mais vantajosa para a Administração, que contém um único item, correspondente a uma pequena parcela do objeto licitado, com valor acima do limite estabelecido pela entidade.”

Acórdão 2767/2011-Plenário (TCU), Relator Marcos Bemquerer.

Colaciona-se, agora, **parte das razões de decidir do acórdão em referência:**

“(…) 12. Contudo, **não obstante a previsão do edital - de desclassificar a proposta que apresente preços unitários superiores aos limites estabelecidos - esteja na linha da jurisprudência deste Tribunal, essa cláusula deve ser interpretada à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, em conjunto com os outros dispositivos do instrumento convocatório e com a Lei n. 8.666/1993**, segundo a qual:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”

13. A necessidade de utilização dos princípios acima mencionados como critério de julgamento das propostas, a fim de evitar que o rigor extremo na interpretação da lei e do edital conduzam à injustiça ou à insatisfação do interesse público, é reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, conforme salienta Marçal Justen Filho na mesma obra anteriormente citada (p. 444) :

“Vale referir, ainda outra vez, a importante decisão prolatada pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do MS n. 5.418/DF. (...)”

O precedente tem grande utilidade por balizar a atividade de julgamento das propostas pelo princípio da proporcionalidade. **Não basta comprovar a existência do defeito. É imperioso verificar se a gravidade do vício é suficientemente séria, especialmente em face da dimensão do interesse público.** Admite-se, afinal, a aplicação do princípio de que o rigor extremo na interpretação da lei e do edital não pode conduzir à extrema injustiça ou ao comprometimento da satisfação do interesse público.

A jurisprudência do próprio STF contempla idêntica orientação. Há julgado no sentido de que:

'Se a irregularidade praticada pela licitante vencedora, que não atendeu a formalidade prevista no edital licitatório, não lhe trouxe vantagem nem implicou prejuízo para os demais participantes, bem como se o vício apontado não interferiu no julgamento objetivo das propostas, não se vislumbrando aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública, correta é a adjudicação do objeto da licitação à licitante que ofereceu a proposta mais vantajosa, em prestígio do interesse público, escopo da atividade administrativa' (RO em MS 23.714-DF, rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE[...]) '

No voto do Ministro Relator, há interessante passagem, em que se afirma que 'o vício, reconhecidamente praticado pela ora recorrida, embora reflita desobediência ao edital, consubstancia tão-somente irregularidade formal, incapaz de conduzir à desclassificação de sua proposta'. No caso concreto, a licitante vencedora havia deixado de contemplar, nas planilhas anexas as propostas, os preços unitários atinentes a todos os itens necessários. E o edital previa, explicitamente, que defeito dessa ordem conduziria à desclassificação. No entanto, a Comissão afastou o vício, tal como também o fez o judiciário (tanto no âmbito do STJ quanto do STF) ."

14. Nesse contexto, observo que, no caso dos autos, **não obstante a cláusula 17.1, alínea a, do edital estabeleça que as propostas que "apresentarem valores unitários e/ou global, superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento estimado do serviço" deveriam ser desclassificadas, isso não significa que tal desclassificação deve ser automática.**

(...)

18. Ademais, como visto, o objetivo da fixação de critérios de aceitabilidade de preços unitários é evitar a ocorrência do chamado "jogo de planilha", o qual, de qualquer forma, estaria mitigado no presente caso, uma vez que o único item cotado acima do limite pela ora representante equivale a 0,01% do orçamento base da licitação, de modo que, eventuais aumentos do seu quantitativo dificilmente teriam o condão de suprimir a larga vantagem da proposta por ela apresentada.

19. Nesse sentido, cabe transcrever o seguinte excerto, extraído do Voto condutor do Acórdão 159/2003-TCU-Plenário, da lavra do Ministro Benjamin Zymler, que, embora tenha tratado de situação diversa da examinada nestes autos, expõe raciocínio que corrobora o posicionamento ora defendido:

"9. O inciso II claramente trata da desclassificação de propostas apresentadas com preços globais acima do limite estabelecido no edital. Este dispositivo, assim como os outros, não menciona custos ou preços unitários. Ou seja, é possível, aodadamente, concluir que a desclassificação de proposta formada por valor global aceitável e custos unitários superfaturados não possui respaldo legal. Não me parece, no entanto, que esta seja a melhor interpretação. Explico.

10. Há de se distinguir os graus de discrepância existentes entre os custos unitários ofertados pelos licitantes e os custos unitários cotados pela Administração. Em uma licitação onde o objeto é composto pela execução de vários serviços - como é o caso das adutoras do Alto Sertão e Sertaneja -, é evidente que alguns deles apresentarão preços unitários acima dos fixados pela Administração. O ponto, então, é saber a magnitude dessa diferença, e, ainda, os seus reflexos sobre a execução. Nos casos em que a discrepância é razoável, normal, não há de se falar em desclassificação de propostas. Não fosse assim, quer dizer, se qualquer sobrepreço em custos unitários autorizasse a desclassificação das propostas, seria difícil para a Administração contratar obras de grande porte, formadas pela execução de numerosos serviços. É tendo por bases esses casos, os de discrepância razoável em custos unitários, que a Lei nº 8.666/93, por meio dos artigos que citei, não estabelece a obrigatoriedade de desclassificação em virtude de custos unitários. (...)"

Como visto, o TCU possui entendimento consolidado sobre a matéria do presente recurso, no sentido de que cada caso é um caso, e deve ser sempre analisado sob a égide da supremacia do interesse público, o super princípio das licitações.

Assim, que o presente caso seja apreciado e julgado com enfoque nesta mesma linha de pensamento, classificando-se a proposta da Recorrente, eis que mais vantajosa em todos os sentidos.

6. DO ENTENDIMENTO DO PODER JUDICIÁRIO / TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

No ponto, insta agora trazer o entendimento firmado pelos tribunais judiciais, a começar pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia**, o qual já se pronunciou em caso semelhante. Vejamos:

Apelação Cível. Mandado de Segurança. Licitação. **Menor preço. Desclassificação de empresa. Formalismo excessivo. Possibilidade de correção. Prevalência do interesse público.** Recurso não provido. 1 - Conforme entendimento do STJ: "A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta" (STJ: MS n. 5.869/DF. **2 - A jurisprudência pátria tem prestigiado o princípio do formalismo moderado, garantindo a possibilidade de correção de falhas ao longo do processo licitatório, sem desmerecer o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tratando-se apenas de uma solução em caso de conflito de princípios, em prol do interesse público.** (TJ-RO - AC: 70193258320198220001 RO 7019325-83.2019.822.0001, Data de Julgamento: 15/10/2021)

Leia-se, agora, **parte das razões de decidir** do referido acórdão:

(...) Consta da inicial que a mesma apresentou a proposta mais vantajosa a ente público, mas foi desclassificada ao argumento de não ter cumprido o item 8.4.1, resultado esse mantido mesmo após a apresentação de recurso, que acabou por declarar como vencedora proposta de preço muito mais alto.

Ao decidir a lide, o magistrado sentenciante, acompanhando o entendimento do parquet, considerou excessiva a medida desclassificatória, uma vez que bastaria uma simples diligência para correção da informação constante da planilha apresentada, justificando que trata-se da melhor solução para o interesse público, porquanto foi a empresa que ofereceu a melhor proposta.

De fato, o erro anotado pela comissão poderia facilmente ser reparado sem qualquer prejuízo aos demais participantes, ressaltando que a correção a ser feita não alteraria a condição de menor preço já oferecido.

Conforme se observa das justificativas apresentadas, o edital assim previa:

DO TERMO EDITALÍCIO: 8.4.1 – Serão desclassificadas no todo as propostas que apresentarem em seus valores unitários e globais, valor superior ao de mercado ou ao valor de contratação.

E a apelada, especificamente no tocante ao item “7.9.3 INTERRUPTOR SIMPLES”, teria descumprido as regras por ter apresentado valor superior.

Entretanto, como bem ponderado pelo magistrado sentenciante, os tribunais têm consagrado o entendimento de que o excesso de formalismo praticado pelas comissões de licitação não deve prevalecer em detrimento da melhor oportunidade à Administração, sendo necessário prestigiar o interesse público se não causar prejuízo aos demais interessados.

O excesso de formalismo deve dar lugar à eficiência e segurança jurídica, prestigiando de forma segura o descrito no art. 3º da Lei de Licitações: busca da proposta mais vantajosa para Administração,

garantia da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Desse modo, em que pese a alegação do Estado de que o ato de desclassificação da empresa foi praticado em conformidade aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da legalidade, é certo que o erro no preenchimento da planilha de custos de obras admite o saneamento, não devendo ensejar a imediata desclassificação da proposta, como ocorreu no caso.

A desclassificação levada a efeito excede o formalismo exigido em lei e vai de encontro com o próprio objetivo da licitação, que é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração.

(...)

Na hipótese, a correção de eventuais preços unitários indicados na planilha nenhum prejuízo traria ao certame, na medida que o melhor preço global já havia sido apresentado e tal correção não modificaria tal cenário.

Mostra-se, à toda evidência, ilegal o ato de desclassificação em virtude de detalhes irrelevantes, que não influenciam no valor total da proposta e, além disso, que poderiam ser corrigidos e adequados por meio de diligência autorizada por lei. (...)"

Além do TJRO, outros tribunais caminham na mesma linha de entendimento:

APELAÇÃO CÍVEL. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. PERMANÊNCIA DA CONCORRENTE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE JULGADA. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. 1. A postulante apresentou o melhor preço, cumprindo o critério de seleção exigido - proposta mais vantajosa -,

sendo considerada mera irregularidade a apresentação de apenas dois itens com valor unitário superior ao previsto no edital. **2. Essa e. Corte tem entendido que descabem interpretações excessivamente formalistas em procedimentos licitatórios, quando o conteúdo do regramento comporta relativização. Precedentes jurisprudenciais.** 3. Apesar da formalidade que permeia o processo licitatório, não se mostra razoável que mero erro formal - descumpriu dois itens, de duzentos e trinta itens, com diferenças de R\$ 0,12 e R\$ 0,10 - tenha o condão de penalizar a licitante com a desclassificação, considerando ainda que foi a proposta mais vantajosa apresentada no certame. **4. Irregularidade que pode ser sanada de pronto, sem prejuízo algum a administração. 5. O formalismo exacerbado pode gerar danos não só ao Estado como a empresa licitada, razão porque, o princípio do procedimento formal merece ser relativizado.** RECURSO PROVIDO. (TJ-RS - AC: 70071617930 RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Data de Julgamento: 30/11/2016, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2017)

APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. EQUÍVOCO NA PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA PROPOSTA DA LICITANTE. IMPETRANTE. ERRO QUANTITATIVO DE 2 (DUAS) LIXEIRAS. AJUSTES. POSSIBILIDADE. VEDADO O AUMENTO DO PREÇO DA OFERTA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. SENTENÇA CONFIRMADA EM REMESSA NECESSÁRIA. 1.

Apelação contra sentença que julgou procedente o pedido de anulação do ato de habilitação e classificação da licitante CONSTRUTORA PANORAMA LTDA - ME. 2. A sentença corrobora "a jurisprudência do STJ que se consolidou no sentido de que superveniente adjudicação não configura perda de objeto quando o certame está eivado de nulidades, uma vez que tais vícios contaminam os atos subsequentes, inclusive o contrato administrativo" (STJ. AgInt no REsp 1906423/AM, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/04/2021, DJe 01/07/2021) **3. A identificação de equívocos no preenchimento de planilha não deve implicar exclusão automática do licitante do certame. Pelo contrário, havendo a constatação de algum erro na planilha que ofereceu o menor preço, deve a Administração Pública permitir o saneamento de tal documento, para possibilitar o ajuste da proposta apresentada, observando, desde logo, se não houve majoração do valor global oferecido pelo licitante, com o qual ele sagrou-se vencedor na licitação. Precedentes: STF, STJ E TCU.** 4. É descabido o arbitramento de honorários recursais previstos no art. 85, § 11, do CPC, por tratar-se, na origem, de mandado de segurança (art. 25 da Lei Federal nº 12.016/2009). 5. Recurso de apelação conhecido e desprovido. Sentença confirmada em reexame obrigatório. Sem custas (art. 1.007, CPC) e honorários (art. 25, da Lei nº 12.016/2009). **ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 1ª Câmara Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em conhecer do recurso de apelação para negar-lhe

provimento, confirmando a sentença em reexame obrigatório, tudo nos termos do voto do relator, parte integrante deste. Fortaleza, data registrada no sistema. (TJ-CE - APL: 00474049520168060114 CE 0047404-95.2016.8.06.0114, Relator: TEODORO SILVA SANTOS, Data de Julgamento: 11/10/2021, 1ª Câmara Direito Público, Data de Publicação: 11/10/2021)

Como se observa, o judiciário também caminha na mesma direção defendida pelo TCU. Assim, pede-se a procedência absoluta do recurso, com imediata classificação da Recorrente e adjudicação do objeto em seu favor.

7. DA PLANILHA AJUSTADA / REDUÇÃO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

À par de todas as considerações realizadas, a Recorrente traz ao conhecimento dessa Comissão sua planilha orçamentária já com os ajustes dos itens 6.1.8 e 6.1.14. Vejamos:

a) Item 6.1.8 – passou de R\$3.806,46 para R\$3.505,61.

6.1.7	CP-ESQ054	Próprio	KIT DE PORTA DE MADEIRA PARA VERNIZ, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), PADRÃO MÉDIO. 02 FOLHAS 180X210CM. ESPESSURA DE 3,5CM. ITENS INCLUSOS: MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE BATENTE, FECHADURA COM EXECUÇÃO DO FURO E TRAVA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UND	4,00	R\$ 1.609,50	R\$ 1.945,07	R\$ 7.780,28	0,13 %
6.1.8	CP-ESQ055	Próprio	BOX PARA BANHEIRO EM VIDRO TEMPERADO VERDE, ESPESSURA 8MM, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	5,70	R\$ 508,83	R\$ 615,02	R\$ 3.505,61	0,06 %
6.1.9	CP-ESQ060	Próprio	PORTA EM AÇO DE ABRIR TIPO VENEZIANA SEM GUARNIÇÃO	UND	1,00	R\$ 824,33	R\$ 996,43	R\$ 996,43	0,02 %

b) Item 6.1.14 – passou de R\$7.896,06 para R\$6.952,07.

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. COM BDI	VALOR TOTAL	PESO (%)
6.1.13	100758	SINAPI	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS). AF_01/2020	m²	61,51	R\$ 42,07	R\$ 50,82	R\$ 3.125,93	0,05 %
6.1.14	CP-ESQ044	Próprio	PORTA DE SEGURANÇA ESPECIAL DE ABRIR COM GRADE EM AÇO SAE 1045, DIÂMETRO DE 1", COMPLETA, COM TÊMPERA E REVENIMENTO - DIMENSÕES 0,90M X 2,10M	UND	1,00	R\$ 5.751,02	R\$ 6.952,07	R\$ 6.952,07	0,11 %

Com o novo cenário, a proposta global oferecida pela Recorrente diminuiu ainda mais:

c) Valor global - passou de R\$6.099.615,10 para R\$6.095.383,82

ITEM	CÓDIGO	BANCO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR UNIT. COM BDI	VALOR TOTAL	PESO (%)
21.2.6	89617	SINAPI	TE. PVC. SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	R\$ 6,88	R\$ 8,31	R\$ 8,31	0,00 %
TIPO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA							VALOR TOTAL SEM BDI R\$	5.066.495,29	
ABERTURA DA LICITAÇÃO 16/05/2023 09:00							VALOR TOTAL DO BDI R\$	1.028.888,53	
NÚMERO DO PROCESSO LICITATÓRIO 0037.518910/2021-60/SEDEC/RO							VALOR TOTAL GERAL R\$	6.095.383,82	

Desse modo, se com as inconsistências a proposta da Recorrente ainda era a mais vantajosa para o poder público, com os ajustes isso fica ainda mais evidenciado, não havendo fundamento razoável o bastante que possa justificar sua desclassificação no certame.

8. DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer:

a) O conhecimento e total procedência do recurso para classificar a proposta apresentada pela Recorrente, com os devidos ajustes, uma vez que é a mais vantajosa para a Administração, em atendimento aos princípios da supremacia do interesse público, proposta mais vantajosa, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade e formalismo moderado, conforme orientação do TCU e tribunais judiciais;

b) A homologação e adjudicação do objeto em favor da Recorrente.

c) A remessa do presente recurso à autoridade superior para apreciação e julgamento.

Porto Velho-RO, 29 de junho de 2023.

**B. DE ALCÂNTARA MOURÃO
RECORRENTE**